

—☆ continuação

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis  
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)**

estratégia do novo controlador e em busca da melhoria de sua performance financeira a Companhia planeja a construção de uma UTE (Unidade de Transmissão de Energia) e uma usina para produção de biodiesel no município de Acará-PA, aliada a verticalização do processo industrial e a revisão de seu processo produtivo para a adoção de melhores práticas de manejo dos plantios. Esse planejamento busca gerar receitas, redução dos custos operacionais e a consequentemente geração de fluxos de caixa positivos.

**Impactos da COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, que podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Considerando a situação atual da disseminação da pandemia, a Companhia entende que a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2021 deverá ser revisada. Contudo, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro da COVID-19 nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, a Companhia avaliou que ainda não há necessidade renegociações de prazo com fornecedores ou adiamento e/ou cancelamento de aquisição de insumos relacionados a futura demanda, bem como avaliou não ser necessária medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários da Companhia.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

**2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 07 de abril de 2021.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são mensuradas e apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("funcional da Companhia"). Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos estão descritas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 5** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota Explicativa nº 8** - teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; Imobilizado: Valor residual e a vida útil estimada do ativo imobilizado; e
- **Nota Explicativa nº 11** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

**3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir. Importante ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas referidas demonstrações e que receitas, custos e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

**3.1. Instrumentos Financeiros: (i) Ativos Financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5). A Companhia classifica seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. **(ii) Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como passivos avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são representados por fornecedores (Nota Explicativa nº 10) e empréstimos e financiamentos com partes relacionadas (Notas Explicativas nºs 9 e 12) os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros incorridos até as datas dos balanços, sendo classificados como passivos financeiros avaliados ao custo amortizado. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.2. Receita operacional:** A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao

transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, incentivos, bônus de desempenho ou outros itens similares, se houver. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

**Venda de produtos agrícolas:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; **(ii)** for provável que os benefícios econômicos e financeiros fluirão para a Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e **(v)** o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**3.3. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

**3.4. Subvenção governamental:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

**3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem juros auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e ganhos em aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre debêntures e desconto de títulos e juros incorridos sobre o contas a pagar pagos em atraso. Custos de debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

**3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia: • tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja

continua →